



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

AVENIDA RIO BRANCO, 243, ANEXO I - 11 ANDAR - Bairro: CENTRO - CEP:
20040-009 - Fone: (21)3218-8384 - www.jfrj.jus.br/ - Email: 31vf@jfrj.jus.br

AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5095710-55.2021.4.02.5101/RJ

AUTOR: ABPI ASSOCIACAO BRASILEIRA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

RÉU: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

RÉU: INPI-INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

DESPACHO/DECISÃO

Trata-se de ação civil pública proposta pela ABPI - ASSOCIACAO BRASILEIRA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL em face do INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL-INPI e UNIÃO FEDERAL, objetivando a realização de plano de reestruturação de atividades da autarquia, cabendo à União a garantia de receitas orçamentárias suficientes para que o INPI exerça, com eficiência, suas atribuições.

A demandante requer a concessão de tutela prvisória de urgência antecipada em caráter liminar para que seja determinado:

(ii) à ré UNIÃO FEDERAL que, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), proceda ao repasse ao Réu INPI da integralidade das receitas por ele auferidas;

(iii) à ré UNIÃO FEDERAL que não retenha quaisquer receitas futuras auferidas pelo Réu INPI – impondo-se seu repasse à autarquia;

(iv) ao réu INPI que, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), apresente plano detalhado de medidas e providências estruturais a serem adotadas para aprimoramento de suas atividades, no curto, médio e longo prazo. O plano em questão deverá ter sua suficiência aferida por este d. Juízo, após exercício de contraditório – contemplando ainda, necessariamente:

(a) diagnóstico atual de funcionamento da autarquia, identificando pontos de inefetividade e de ineficiência, a partir

de parâmetros técnicos e comparados; (b) identificação de necessidades materiais, orçamentárias e funcionais necessárias para aprimoramento dos déficits em questão; (c) apresentação, a partir das circunstâncias identificadas (notadamente, de eventual déficit de servidores), de cronograma para a realização de concursos públicos e para a correspondente nomeação e posse de aprovados; (d) exposição de medidas a serem progressivamente adotadas para aprimoramento da efetividade de seu funcionamento – incluindo-se aquisições de software, desenvolvimento de plataformas e outras; (e) apresentação de cronograma detalhado para a adoção das providências indicadas na alínea “d”, supra, bem como de sua respectiva previsão orçamentária; (f) especificação da periodicidade e da forma de apresentação, na presente disputa, de relatórios demonstrativos da adoção das medidas previamente elencadas.

(v) à ré UNIÃO FEDERAL, subsidiariamente ao item “ii”, supra, que assegure ao réu INPI os recursos necessários para a efetivação do plano referido no item “iv”, supra – procedendo ao seu repasse em atenção ao respectivo cronograma;

A Associação alega que estão presentes os requisitos para a concessão da medida liminar. Sustenta haver perigo de dano, pois, ainda que a questão posta no caso se encontre arraigada, seus efeitos deletérios seriam diariamente potencializados, havendo desestímulo constante à inovação. Afirma que a urgência em combater a mora na apreciação dos pedidos de patente seria premente em virtude da declaração de inconstitucionalidade do parágrafo único do art.40 da LPI pelo STF, uma vez que haveria o risco de que o prazo de exclusividade de patentes escoe antes de sua concessão.

No tocante à probabilidade do direito, afirma haver insuficiência do atual quadro de proteção da Propriedade Industrial no Brasil, com falha estrutural na atividade do INPI. Alega ainda haver óbice financeiro e material para a melhor prestação do serviço pela autarquia, tendo em vista a ilegalidade cometida pela UNIÃO quanto ao não repasse dos recursos relativos às receitas auferidas pela a autarquia federal.

Passo à análise da tutela de urgência.

O deferimento de tutela de urgência antecipada sem a oitiva da outra parte é medida que somente deve ser adotada se o perigo de dano ou o risco para o resultado útil do processo for tão premente que se sobreponha à aplicação do democrático direito de contraposição assegurado aos réus no processo.

Não é esta a hipótese. Cuida-se de caso em que não se

encontra presente o requisito de perigo na demora para concessão da medida sem se dar aos demandados oportunidade de defesa.

Com efeito, a Associação relata possível perigo de dano, porém, não há demonstração concreta do que este consistiria ou se haveria risco ao resultado útil do processo a ponto de não se poder aguardar a abertura do diálogo processual. Conforme afirmado pela própria autora, o problema relacionado à demora na apreciação dos pedidos de patente pelo INPI (*backlog*) não é novo.

Além disso, a alegação de que eventual disfunção estatal no âmbito da Propriedade Industrial teria sido expressamente reconhecida pelo STF, ao julgar a ADI 5.529, não dispensa o respeito à regra constitucional do contraditório pelo INPI e pela UNIÃO, que neste caso deve ser prévio, em virtude da natureza dos requerimentos formulados. Seria temerário determinar liminarmente a realização de uma reestruturação tão abrangente quanto pretendida, que inclui plano a ser detalhado pelo INPI de medidas estratégicas para solucionar problemas estruturais visando ao aprimoramento de suas atividades, e ordem de repasse de receita pela UNIÃO. Essa pretensão é incompatível com a concessão de tutela de urgência liminar.

É igualmente necessário aguardar o contraditório e a instrução probatória para a melhor elucidação dos fatos alegados pela parte autora para o fim de verificar mais adequadamente a probabilidade do direito, no tocante à necessidade da melhor compreensão dos problemas estruturais sofridos pelo INPI, que vêm, nos termos da petição inicial, acarretando ineficiência na prestação dos seus serviços, e da natureza das receitas auferidas pelo INPI e de como vem sendo realizado esse repasse pela UNIÃO.

Sendo assim, indefiro o requerimento de tutela antecipada.

À parte autora para informar se tem interesse em conciliação (Prazo de cinco dias) e para fixar o valor da causa acima de 60 (sessenta) salários mínimos.

Citem-se, eletronicamente, o INPI e a UNIÃO. Prazo: 15 (quinze) dias, em dobro. Os réus devem, juntamente com a apresentação de defesa, manifestar se há interesse em conciliação.

Intime-se o MPF para integrar o feito na qualidade de *custos legis* (Lei 7347/85, art.5º, §1º), nos termos do art.178, do CPC.

Documento eletrônico assinado por **MARCELO LEONARDO TAVARES, Juíza Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.jfrj.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **510006018752v29** e do código CRC **bc26bc92**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): MARCELO LEONARDO TAVARES

Data e Hora: 9/9/2021, às 9:20:13

5095710-55.2021.4.02.5101

510006018752 .V29